

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 526.378 - MG (2019/0236543-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GABRIEL SALMEN ANTONIO
ADVOGADOS : PAULO HAMILTON SIQUEIRA JUNIOR - SP130623
DÓRIO HENRIQUE FERREIRA GROSSI - MG076895
GABRIEL SALMEN ANTONIO - MG183865
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : YUMI HELENA DA FONSECA SATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **YUMI HELENA DA FONSECA SATO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA CONSTRITIVA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMPROMETIDA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO – ORDEM DENEGADA.

- Não há falar em constrangimento ilegal se a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente encontra-se devidamente fundamentada.

- O fato de a paciente ser primária e com bons antecedentes, não tem, a princípio, o condão de garantir eventual direito de responder ao processo em liberdade, devendo as condições pessoais ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos." (e-STJ, fl. 102)

Colhe-se dos autos que a paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Neste *habeas corpus*, o impetrante sustenta que: **a)** "a devassa das conversas de whatsapp constantes no celular do investigado Clóvis, única fonte de prova em desfavor da recorrente, sucedeu sem a competente ordem judicial para atingi-la, não possuindo, desta forma, a necessária validade para produzir efeitos em relação à ela" (e-STJ, fl. 8); **b)** "a decisão que determinou sua segregação cautelar encontra-se sem a devida fundamentação" (e-STJ, fl. 9); **c)** "não ficou demonstrada a imprescindibilidade da custódia cautelar, não havendo, desta forma, o preenchimento dos requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do CPP" (e-STJ, fl. 24).

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta à paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido de medida liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu a

Superior Tribunal de Justiça

presente impetração, pois as questões aqui levantadas já foram examinadas, em 10.9.2019, quando do julgamento, por esta Quinta Turma, do Recurso em *Habeas Corpus* n. 116.012/MG, de minha relatoria, interposto pela ora paciente e impugnando o mesmo acórdão (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.064550-7/000).

Veja-se, a propósito, a ementa do julgado:

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

2. No caso, a custódia cautelar da recorrente encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa e do risco concreto de reiteração delitiva, eis que ela é apontada como fornecedora de variados entorpecentes - maconha, cocaína, haxixe, MDMA, LSD e ecstasy - a diversos revendedores, na região de Poços de Caldas/MG. Mesmo após a prisão em flagrante do corréu, Clóvis Henrique, seu fornecedor, ela teria ficado responsável por conseguir um aparelho celular para ser levado a ele dentro do presídio.

3. Quanto à ausência de ordem judicial para análise das conversas no aparelho celular do corréu, as quais teriam levado à prisão da ora recorrente, extrai-se do acórdão impugnado que o Juízo de origem "autorizou a quebra do sigilo dos aparelhos telefônicos porventura apreendidos, para que sejam submetidos à perícia, não havendo que falar assim de inexistência de ordem judicial proferida". Rever tal situação fática é incabível na estreita via deste *habeas corpus*, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

4. Recurso desprovido."

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator